



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



HABEAS CORPUS Nº 0198695-0

201

IMPETRANTE: Bel. Jerônimo Custódio da Costa

PACIENTE: Agamenon Cavalcanti Araújo

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE FORAGIDO HÁ CERCA DE 20 (VINTE) ANOS. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Conforme remansosa jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, a fuga do réu do distrito da culpa é suficiente a justificar o decreto da prisão preventiva;

2. A alegação do impetrante de que o paciente não comunicou ao juízo competente que iria residir em outra localidade por receio de receber ameaças de morte dos habitantes do local do crime, é fantasiosa e despropositada, vez que o paciente permaneceu por cerca de 20 (vinte) anos foragido, o que demonstra, em verdade, a intenção de se furtar da aplicação da lei penal;

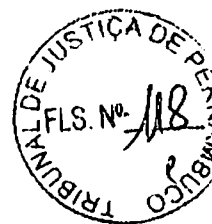
3. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0198695-0, em que figura como impetrante o Advogado Jerônimo Custódio da Costa, e como paciente Agamenon Cavalcanti Araújo, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

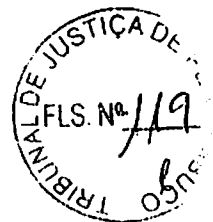


tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

202

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

203

HABEAS CORPUS Nº 0198695-0

IMPETRANTE: Bel. Jerônimo Custódio da Costa

PACIENTE: Agamenon Cavalcanti Araújo

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

RELATÓRIO

Cuida-se de *habeas corpus* preventivo com requerimento de concessão de medida liminar, impetrado pelo Advogado Jerônimo Custódio da Costa, em favor de Agamenon Cavalcanti Araújo, em que se aponta como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 233.1988.000086-3, pela prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos II e IV, do CPB.

Noticia o impetrante que contra o paciente há um decreto de prisão preventiva expedido quando da decisão de pronúncia, com fundamento na garantia da aplicação da lei penal, vez que se evadiu do distrito da culpa logo após a ocorrência do fato que lhe é imputado, estando, desde então, em local incerto e não sabido.

Argumenta, em apertada síntese, que o paciente encontra-se na iminência de sofrer constrangimento ilegal, pois empreendeu fuga do distrito da culpa em virtude de ter sofrido tentativa de homicídio, praticada por pessoa residente no local onde ocorreu o crime a ele imputado. Afirma que não comunicou à autoridade competente que iria residir em outra localidade, por medo de ser descoberto e novamente receber ameaças de morte.

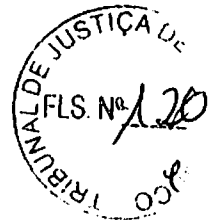
Requer, assim, a revogação do decreto de prisão preventiva, bem como a expedição do competente salvo conduto, para que o paciente possa apresentar-se em juízo e finalmente ser julgado, após cerca de 23 (vinte e três) anos da ocorrência do crime.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/92.

[Assinatura]
1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



204

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada como coatora apresentou as informações de fls. 108.

Em parecer de fls. 112/113, o Procurador de Justiça Dr. Nilton de Araújo Barbosa opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores.

Pretende o impetrante, através da presente ordem, seja revogado o decreto de prisão preventiva em desfavor do paciente, bem como seja expedido o competente salvo conduto para que este último possa apresentar-se em juízo e responder em liberdade ao processo nº 233.1988.000086-3, até a prolação da decisão final.

Pois bem.

Consta da própria inicial, bem como nas informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, que o paciente se evadiu do distrito da culpa logo após a prática do delito de homicídio que lhe é imputado, estando há cerca de 23 (vinte e três) anos em local incerto e não sabido, sem ter, em nenhum momento, comparecido aos autos para justificar a ausência no processo, apesar de devidamente citado.

A ordem de prisão foi expedida por ocasião da pronúncia do paciente, em vista da necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal.

Conforme remansosa jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, a fuga do réu do distrito da culpa é suficiente a justificar o decreto da prisão preventiva.

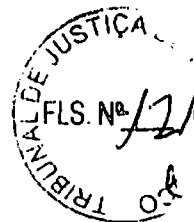
A alegação do impetrante de que o paciente não comunicou ao juízo competente que iria residir em outra localidade por receio de receber ameaças de morte dos habitantes do local do crime, é insuficiente e despropositada, vez que o paciente permaneceu por cerca de 20 (vinte) anos

Immm

Assinatura
2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



205

foragido, o que demonstra, em verdade, a intenção de se furtar da aplicação da lei penal.

Bem disse a autoridade impetrada, em suas informações (fls. 109):

“Daí que a justiça precisa apresentar uma resposta a sociedade, mormente quando se trata de delito de homicídio ocorrido há tanto tempo, sendo que tal situação de indefinição processual ocorre por culpa exclusiva do acusado, o qual não atendeu ao chamado da justiça durante todo esse tempo.”

Inexiste, portanto, ameaça de constrangimento ilegal a ser sanada por este Tribunal.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator